



A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, saúda as entidades militantes, professores e estudantes que cotidianamente lutam para construir uma educação verdadeiramente de qualidade, e em especial, aos que estão presentes na Audiência Pública da Região Centro-Oeste sobre a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio do Conselho Nacional de Educação, **manifesta sua posição contrária a BNCC do Ensino Médio** e solicita sua retirada da pauta do CNE, e em unidade conjunto das entidades acadêmicas e sindicais, requer a **imediata revogação da Lei 13.415/2017**, que dispõe sobre a Reforma do Ensino Médio.

A Anfope é uma entidade que historicamente defende a educação pública, gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada nas necessidades formativas das crianças, jovens e adultos brasileiros, e, particularmente, comprometida com a proposição de políticas públicas de formação de professores e de valorização do magistério, ancorada nas lutas e movimentos dos educadores. Acreditamos que a complexidade de uma política curricular nacional não permite a adoção de matrizes curriculares homogêneas a ponto de ameaçar o princípio federativo republicano da autonomia dos sistemas estaduais e municipais de ensino e a construção dos projetos político-pedagógicos das instituições escolares, como explicitado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio e nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério.

Consideramos esta Base Nacional Comum Curricular uma proposição curricular anacrônica e ultrapassada que recupera a concepção de competências e habilidades, que aponta para a implantação de processos de centralização, padronização e controle incompatíveis a formação integral de estudantes e professores, desrespeitando a rica diversidade cultural e autonomia das escolas brasileiras. A BNCC é inaceitável do ponto de vista curricular, pedagógico e educacional, pois intensifica processos de precarização do ensino nas escolas públicas, prejudicando principalmente os estudantes oriundos das camadas populares.

Ao longo desses últimos anos, viemos nos manifestando e repudiando o processo de elaboração, discussão e aprovação da BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, por seu caráter impositivo, e pela implantação de uma centralização curricular homogênea e dissociada das demandas formativas e das realidades locais. Tal homogeneização impacta negativamente a formação de professores ao impor uma lógica centralizadora nos processos educativos vinculados às avaliações de larga escala das instituições educacionais, de professores e da aprendizagem, que em nada contribuem para

a elevação da qualidade do ensino, e por ferir o direito ao conhecimento que oportuniza emancipação dos sujeitos, favorecendo uma aprendizagem tácita em prol do mercado de trabalho.

Da mesma forma, a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, constitui um grave retrocesso à educação, favorecendo a precarização da formação das juventudes brasileiras, processos de privatização e empresariamento da oferta pública de Ensino Médio, aprofundando as desigualdades educacionais e sociais, ameaçando a democratização do ensino público e distanciando a juventude do direito inalienável à educação com qualidade social, consolidando o processo de *apartheid* social dos mais pobres. A BNCC, em consonância com a Reforma do Ensino Médio da qual é indissociada e complementar, amesquinha o currículo, priorizando as competências em detrimento do estudo dos conteúdos fragmentados nas áreas do conhecimento, distorce o conceito de educação integral, e agora, induzindo a oferta a distância, mais uma estratégia de mercantilização da educação básica. Repudiamos a BNCC, uma proposta que empobrece e reduz ao mínimo o currículo, negando o direito ao conhecimento intelectual, ao excluir uma série de disciplinas e conhecimentos básicos e, que, portanto, deveriam ser garantidos como comuns a todos. Esta BNCC compromete a formação das juventudes, que deveria ser integral, crítica e cidadã, assegurando-lhes o pleno desenvolvimento intelectual, afetivo, físico, moral e social, com base em princípios éticos e políticos que oportunizem sua emancipação.

Esta BNCC representa a prevalência de uma concepção esvaziada e reduzida de currículo, e ao privilegiar as posições defendidas por setores do empresariado interessados na padronização do ensino, desvela-se o real interesse de atender fins mercadológicos, como a venda de material didático e a oferta de serviços de consultoria para a implementação da BNCC, além da venda de pacotes de formação continuada, em um processo que desvia recursos públicos para empresas e fundações privadas, agora elevados, com o aval do MEC, a parceiros preferencias das redes de ensino, em detrimento das Universidades públicas. Repudiamos, de forma veemente, a adequação automática da formação docente aos itens da BNCC, ferindo a autonomia do trabalho docente e das instituições formadoras, e num claro desrespeito ao estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos professores da educação Básica (Resolução CNE 02/2015). Isto posto, aplaudimos as manifestações históricas organizadas em todo o país, destacando aqui as ocupações de 1022 escolas de ensino médio e as 84 universidades em 19 estados brasileiros, em 2016 e que reforçam nossa posição, pela revogação da Lei 14.415/2017, que determinou a Reforma do ensino Médio e pelo repúdio a BNCC, que se configura em mais um retrocesso imposto por um governo que carece de legitimidade.

Não podemos deixar de denunciar, por fim, a intensa perseguição e criminalização de atores sociais e movimentos organizados da sociedade, com destaque para os ataques a estudantes e professores e suas entidades representativas, assim como as Universidades públicas e seus gestores, típicos de estados autoritários.

Finalizando, reforçamos nossos posicionamentos, muitos em conjunto com as demais entidades do campo educacional, na defesa do Estado de Direito, da Democracia e da Liberdade, sem o que todas as outras lutas não encontrarão espaço para manifestar-se, nem condições de intervir na formulação de políticas públicas e nas decisões que interessam à maioria da população.

Nesse sentido, repudiamos e pedimos a revogação da Emenda Constitucional 95/2017, que compromete os necessários investimentos em educação, e, na prática, inviabiliza o cumprimento da Lei 13.005/2014, o Plano Nacional de Educação e suas metas, e já promove cortes de recursos que inviabilizam o desenvolvimento de pesquisas, como publicizado nos últimos dias pela próprio conselho superior da CAPES, ameaçando a qualidade duramente conquistada pelas Universidades Públicas, pelas Escolas Técnicas Federais e pelas fundações e institutos públicos de pesquisa.

A ANFOPE representa um pensamento educacional brasileiro comprometido historicamente com a escola pública, laica, gratuita e inclusiva em todos os níveis e modalidades para todos os cidadãos brasileiros e de qualidade referenciada no social. Ao longo das últimas três décadas, a luta da ANFOPE consiste na intervenção propositiva e consequente nas políticas educacionais, contribuindo para, coletivamente, com as demais entidades do campo educacional e outras instâncias sociais, para a construção de um projeto de formação dos profissionais da educação ancorado na defesa da Educação pública, de políticas de formação e valorização dos profissionais da Educação e dos princípios democráticos. Nesse sentido, não podemos nos calar diante do cenário de **desmonte e retrocesso da política educacional**, e o aparelhamento de um projeto empresarial e, em especial, à forma impositiva da edição de medidas que impactam negativamente a educação pública ameaçando o direito à educação e a formação de professores no país.

PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E DA BNCC!

EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA!

Brasília, 14 de setembro de 2018